

Sertão I Solar
Energia SPE
S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias período de
seis meses findo em 30 de
junho de 2021**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Sertão I Solar Energia SPE S.A.
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Sertão I Solar Energia SPE S.A. (“Companhia”) em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações para os períodos de seis e três meses naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Outros Assuntos – Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2021, sem modificação, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de agosto de 2020, sem modificação.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.997	3.769
Contas a receber	5	2.123	4.378
Impostos a recuperar	9	169	361
Garantias e retenções contratuais debêntures	6	10.111	9.189
Outros ativos circulantes		<u>253</u>	<u>568</u>
Total do ativo circulante		18.653	18.265
Não circulante			
Imobilizado	7	145.971	149.375
Total do ativo não circulante		<u>145.971</u>	<u>149.375</u>
Total do ativo		<u>164.624</u>	<u>167.640</u>
	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Debêntures	10	7.247	7.054
Fornecedores	8	370	503
Partes relacionadas	17	17	938
Impostos a recolher	9	<u>409</u>	<u>477</u>
Total do passivo circulante		8.043	8.972
Não circulante			
Debêntures	10	103.846	102.481
Partes relacionadas	17	152	82
Total do passivo não circulante		<u>103.998</u>	<u>102.563</u>
Total do passivo		<u>112.041</u>	<u>111.535</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11	57.453	57.453
Prejuízos acumulados		(4.870)	(1.348)
Total do patrimônio líquido		<u>52.583</u>	<u>56.105</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>164.624</u>	<u>167.640</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado

Períodos de três meses e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional líquida	12	6.162	12.389	6.039	12.079
Custo dos Serviços	13	<u>(2.337)</u>	<u>(4.782)</u>	<u>(2.805)</u>	<u>(4.971)</u>
Lucro Bruto		<u>3.825</u>	<u>7.607</u>	<u>3.234</u>	<u>7.108</u>
Despesas gerais e administrativas	14	(500)	(997)	(661)	(947)
Despesas tributárias	14	(28)	(57)	(33)	(50)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>-</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais		<u>(528)</u>	<u>(988)</u>	<u>(694)</u>	<u>(997)</u>
Lucro operacional		<u>3.297</u>	<u>6.619</u>	<u>2.540</u>	<u>6.111</u>
Despesas financeiras	15	(4.888)	(9.697)	(1.848)	(5.629)
Receitas financeiras	15	<u>9</u>	<u>19</u>	<u>10</u>	<u>41</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(4.879)</u>	<u>(9.678)</u>	<u>(1.838)</u>	<u>(5.588)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(1.582)</u>	<u>(3.059)</u>	<u>702</u>	<u>523</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	<u>(194)</u>	<u>(463)</u>	<u>(191)</u>	<u>(382)</u>
Prejuízo do período		<u>(1.776)</u>	<u>(3.522)</u>	<u>511</u>	<u>141</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(0,03)	(0,06)	0,01	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três meses e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Lucro (Prejuízo) do período	<u>(1.776)</u>	<u>(3.522)</u>	<u>511</u>	<u>141</u>
Resultado abrangente do período	<u>(1.776)</u>	<u>(3.522)</u>	<u>511</u>	<u>141</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	56.453	(382)	56.071
Lucro do período	-	141	141
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>56.453</u>	<u>(241)</u>	<u>56.212</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2021	57.453	(1.348)	56.105
Prejuízo do período	-	(3.522)	(3.522)
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>57.453</u>	<u>(4.870)</u>	<u>52.583</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Períodos de três meses e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social	(3.059)	523
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:		
Depreciação	3.442	3.437
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-	215
Juros sobre as debêntures	4.153	4.063
Atualização monetária sobre as debêntures	4.900	647
Amortização custos de captação das debêntures	505	513
	9.941	9.398
Varição em:		
Contas a receber	2.255	945
Garantias e retenções contratuais	(922)	(113)
Outras ativos circulantes	507	571
Fornecedores	(133)	(24)
Impostos a recolher	(68)	(120)
Partes relacionadas	(851)	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	10.729	10.657
Juros pagos empréstimos com partes relacionadas	-	(219)
Juros pagos debentures	(4.150)	(4.038)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(463)	(382)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.116	6.018
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no imobilizado	(38)	(160)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(38)	(160)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento principal das debentures	(3.850)	(3.393)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.850)	(3.393)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa no período	2.228	2.465
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.769	4.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.997	6.956
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	2.228	2.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sertão I Solar Energia SPE S.A., doravante denominada “Companhia” ou “Sertão”, constituída no dia 5 de janeiro de 2016, e sediada inicialmente na Cidade do Rio de Janeiro, com filial instalada na cidade de João da Costa - PI, tem por atividade preponderante a geração de energia elétrica, o que inclui a prática dos seguintes atos:

- (a) Geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica denominado Sertão I, localizado no município de João Costa, Estado do Piauí, Brasil; e
- (b) Prestação de serviços de assessoria e consultoria para o desenvolvimento do projeto descrito no item acima.

A Sertão I Solar Energia SPE S.A. recebeu autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica ("Planta"), por meio da Portaria nº 74 de 8 de março de 2016, tendo vigência pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de sua publicação.

A Companhia foi uma das vencedoras do leilão no 08/2015-ANEEL (1º LER/2015), destinado à contratação de energia elétrica de reserva, com um preço de venda fixado em R\$ 304,50/MWh. A autorização para o início da geração de energia elétrica ocorreu em 1º de agosto de 2017, conforme Portaria MME nº 69/2015. Atualmente, conforme Relatórios de Energia de Reserva, o preço de venda é de R\$ 374,41/MWh. Conforme estabelece o Contrato de Energia de Reserva (“CER”), a definição do novo preço do MWh para ocorrerá somente após a definição do IPCA de julho de 2021, já que o preço sofre atualização anual, sempre em agosto.

A energia elétrica negociada neste leilão é objeto de CER, na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

A Central Geradora Fotovoltaica conta com 30.000 kW de capacidade instalada e 7.800 kW médios de garantia física de energia, constituída por trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Bases para preparação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias em 12 de agosto de 2021.

2.2 Políticas contábeis

Nas demonstrações financeiras intermediárias, as políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Por isso, essas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não estão sendo apresentadas neste relatório trimestral as seguintes notas explicativas:

- Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

E estão sendo apresentadas de forma resumida:

- Resumo das principais políticas contábeis

As estimativas e julgamentos são os mesmos adotados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e não ocorreram alterações.

3 Impactos do COVID-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) classificando o surto da COVID-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil.

A Companhia avaliou se a atual situação de restrições à atividade econômica causada pela pandemia da Covid-19 poderia ter um impacto direto sobre as operações e resultados financeiros de suas usinas fotovoltaicas.

A Companhia tem como único negócio a geração e venda de energia elétrica. As vendas de energia elétrica são cobertas por um Contrato de Energia de Reserva (CER) assinado pela Companhia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Sob este contrato a Companhia têm a obrigação de vender uma determinada quantidade de energia por um período de 20 anos a partir de 1º de agosto de 2017, em troca a Companhia recebe um preço fixo estabelecido conforme contrato, o qual é atualizado anualmente de acordo com a inflação.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos do Covid-19 para o período findo em 30 de junho de 2021, todavia, o fluxo de receita da Companhia em nenhum caso está contando com condições gerais de mercado, nem para a demanda nem para o preço, desta forma as receitas da Companhia irão confiar apenas no desempenho técnico geral das plantas, a qual vêm atuando de acordo com as expectativas anteriores a pandemia.

Não temos nenhum motivo para acreditar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica não honrará suas obrigações decorrentes do contrato de Energia de Reserva.

No que se refere às atividades de O&M, que são totalmente subcontratadas com terceiros, temos acompanhado de perto que os fornecedores implementaram medidas adicionais a seus planos de saúde e segurança, de forma a garantir a continuidade de suas obrigações.

Como conclusão, e enquanto continuarmos observando ativamente a evolução da situação relacionada à Covid-19, não vemos qualquer razão para acreditar que ela possa ter um impacto material adverso sobre as operações ou resultados financeiros futuros da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	196	227
Aplicações financeiras	<u>5.801</u>	<u>3.542</u>
	<u>5.997</u>	<u>3.769</u>
Modalidade	30/06/2021	31/12/2020
Certificado de depósito bancário Banco Santander	<u>5.801</u>	<u>3.542</u>
	<u>5.801</u>	<u>3.542</u>

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósito bancário de curto prazo, que refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do balanço, é superior a 90 dias. Possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. A rentabilidade é de 20% do CDI.

5 Contas a receber

	30/06/2021	31/12/2020
Clientes nacionais	-	25
Contas a receber não faturado (*)	<u>2.123</u>	<u>4.353</u>
	<u>2.123</u>	<u>4.378</u>

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada.

A Companhia não possui uma política de PCE pois praticamente a totalidade do seu faturamento anual é realizado à um órgão regulado e não ocorrem atrasos nos pagamentos. De forma excepcional, em 2020, houve faturamento à terceiros em função da venda de energia excedente gerada pela planta.

Atualmente todo o saldo faturado do período já foi recebido, portanto não existem saldos vencidos ou a vencer no contas a receber.

6 Garantias e retenções contratuais debêntures

	30/06/2021	31/12/2020
Garantia - Juros debêntures	8.000	7.876
Retenção - Juros debêntures	<u>2.111</u>	<u>1.313</u>
	<u>10.111</u>	<u>9.189</u>

O saldo de R\$10.111 (9.189 em 2020) está composto por movimentações bancárias em duas contas de *escrow* que contém parte das garantias constituídas na emissão das debêntures. Parte dos recursos recebidos são transferidos para essas contas para suportar o próximo compromisso de amortização das debêntures.

Na conta denominada “centralizadora” foi constituída, conforme determinado em contrato de debêntures, para os depósitos de todos os recursos provenientes dos direitos creditórios, tais como: contrato de energia reserva, apólices de seguro do projeto, contrato de EPC e de O&M.

A conta denominada “Retenção” foi constituída para acúmulo gradual mensal de 1/6 (um sexto) e pagamento semestral da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures.

A conta “Reserva” também deverá conter um saldo mínimo em garantia do pagamento da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida e eventual depósito de recursos necessários para que o cálculo do ICSD atinja os níveis exigidos.

7 Imobilizado

a. Movimentações dos custos e depreciações no período de 30/06/2021

	Central Solar	Instalações	Veículos	Total
Saldo inicial 31/12/2020	149.293	22	60	149.375
Adições	38	-	-	38
Depreciação	<u>(3.427)</u>	<u>(1)</u>	<u>(14)</u>	<u>(3.442)</u>
Saldo em 30/06/2021	<u>145.904</u>	<u>21</u>	<u>46</u>	<u>145.971</u>
Custo total	171.975	29	136	172.140
Depreciação total	<u>(26.071)</u>	<u>(8)</u>	<u>(90)</u>	<u>(26.169)</u>
Saldo em 30/06/2021	<u>145.904</u>	<u>21</u>	<u>46</u>	<u>145.971</u>
Vida útil em anos	25	10	5	-

b. Movimentações dos custos e depreciações no período de 31/12/2020

	Central Solar	Instalações	Veículos	Construções em andamento	Total
Saldo inicial 1/1/2020	155.335	25	87	79	155.526
Adições	164	-	-	563	727
Transferências	642	-	-	(642)	-
Depreciação	(6.848)	(3)	(27)	-	(6.878)
Saldo em 31/12/2020	149.293	22	60	-	149.375
Custo total	171.937	29	136	-	172.102
Depreciação total	(22.644)	(7)	(76)	-	(22.727)
Saldo em 31/12/2020	149.293	22	60	-	149.375
Vida útil em anos	25	10	5	-	-

8 Fornecedores

	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores	142	183
Provisões	228	320
	370	503

O valor de contas a pagar a fornecedores não possui incidência de juros. O saldo de junho de 2021 e dezembro de 2020 relativo às provisões, se compõe de provisões para despesas com aluguel de terrenos, serviços de advogados e contabilidade.

9 Impostos a recuperar e a recolher

	30/06/2021	31/12/2020
IRRF a compensar (i)	156	347
Outros tributos a recuperar	13	14
Impostos a Recuperar	169	361
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
PIS/COFINS	156	238
ISS	2	2
IRPJ/CSLL	193	196
Retenções ISS, IRRF, PIS, COFINS e CSLL	33	28
INSS Retido	25	13
	409	477

10 Debêntures

	30/06/2021	31/12/2020
Debentures a curto prazo - principal	7.907	7.725
Juros a pagar sobre debentures	355	352
Custos a amortizar - Títulos de dívida (*)	<u>(1.015)</u>	<u>(1.023)</u>
Valor líquido	<u>7.247</u>	<u>7.054</u>
Debentures a longo prazo - principal	110.619	109.751
Custos a amortizar - Títulos de dívida (*)	<u>(6.773)</u>	<u>(7.270)</u>
Valor líquido	<u>103.846</u>	<u>102.481</u>

(*) Os custos indicados são compostos por despesas de registro de contratos de emissão, serviços de advogados, estudos de viabilidade, taxas e comissões de emissão.

Em 6 de agosto de 2018, o conselho de Administração da Companhia aprovou a estruturação da 1ª emissão de debênture da Companhia, objetivando captar recursos para financiamento. Os recursos a serem captados por meio de emissão das debêntures serão integralmente utilizados para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto.

A Companhia emitiu, em 15 de setembro de 2018, debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo um total de R\$130.000 o processo de emissão destas debêntures foi concluído em 23 de outubro de 2018 quando houve a liquidação financeira desta emissão e os recursos captados foram disponibilizados à Companhia.

A emissão foi realizada por meio de uma oferta com esforços restritos.

As debêntures serão amortizadas em 29 (vinte e nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2018 e a última na data de vencimento das debêntures, em 15 de dezembro de 2032. O valor das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sobre o saldo atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa de 7,0916% (sete inteiros, novecentos e dezesseis décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As debêntures possuem como garantias a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, em conjunto com a alienação fiduciária de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Mapa de movimentação das debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.223
Encargos de dívidas - juros, custo e variação monetária	13.463
Juros pagos	(8.293)
Pagamento principal	(6.899)
Amortização custos de captação das debêntures	1.041
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>109.535</u>
Juros pagos	(4.150)
Juros sobre as debentures	4.153
Atualização monetária sobre as debentures	4.900
Pagamento principal	(3.850)
Amortização custos de captação das debêntures	505
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>111.093</u>

11 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2021 é de R\$57.453 (R\$57.453 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 57.453.418 (57.453.418 em 2020) ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de 1 real. A Composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é resumida a seguir:

	Quantidade de ações	%
PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda.	8.618	15%
Global Power Generation, S.A.	48.835	85%
	<u>57.453</u>	<u>100%</u>

12 Receita operacional líquida

	30/06/2021	30/06/2020
Análise de receita por categoria		
Receita de venda de energia	12.791	12.537
Receita de prestação de serviço (*)	65	-
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (**)	(467)	(458)
	<u>12.389</u>	<u>12.079</u>

(*) Venda de certificado IREC de energia

(**) PIS (0,65%) COFINS (3%).

13 Custo dos serviços

	30/06/2021	30/06/2020
Energia elétrica	(31)	(22)
Aluguéis de terrenos	(64)	(62)
Depreciação	(3.442)	(3.437)
Operação e manutenção	(685)	(796)
Acesso ao sistema de distribuição	(468)	(457)
Serviços corporativos	(92)	(189)
Outras despesas operacionais	-	(8)
	<u>(4.782)</u>	<u>(4.971)</u>

14 Despesas gerais e administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Impostos e taxas	(57)	(50)
Serviços de terceiros	(632)	(688)
Seguros	(358)	(259)
Outras despesas	(7)	-
	<u>(1.054)</u>	<u>(997)</u>

15 Despesas e receitas financeiras

	30/06/2021	30/06/2020
Imposto sobre operações financeiras	(3)	(33)
Despesas bancárias	(136)	(26)
Juros sobre empréstimos	-	(215)
Juros sobre debêntures	(4.153)	(4.063)
Amortização custo de captação das debêntures	(505)	(513)
Atualização monetária das debêntures	(4.900)	(647)
Outras despesas	-	(132)
Despesas financeiras	<u>(9.697)</u>	<u>(5.629)</u>
Receita de aplicações financeiras	9	19
Variação cambial	6	-
Outras receitas	135	22
Receitas financeiras	<u>150</u>	<u>41</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

Na tabela a seguir detalhamos a despesa de IRPJ e CSLL calculada pelo regime de lucro presumido:

	31/03/2021	30/06/2021	31/03/2020	30/06/2020
Receita de venda de energia	8.617	6.396	6.269	6.269
Receita de prestação de serviço	65	-	-	-
Percentual de Presunção 8%	689	512	502	502
Percentual de Presunção 32%	21	-	-	-
Receitas financeiras	9	9	10	10
Base de Cálculo	719	521	512	512
Imposto de Renda - 15%	108	78	77	77
Adicional - 10%	65	46	45	45
TOTAL Imposto de renda	173	124	122	122
Receita de venda de energia	8.617	6.396	6.269	6.269
Percentual de Presunção 12%	1.034	767	752	752
Percentual de Presunção 32%	21	-	-	-
Receitas financeiras	9	9	10	10
Base de Cálculo	1.064	776	762	762
Contribuição Social - 9%	96	70	69	69
TOTAL Contribuição Social - 9%	96	70	69	69

17 Partes relacionadas

Detalhe relativo aos saldos de contas a pagar e contas a receber com partes relacionadas:

	Ativo Circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Custos	Despesas
Acionistas:						
Global Power Generation, S.A. (a)	-	-	152	-	-	-
Vinculadas:						
PV Hardware Solutions, S.L. (b)	-	1	-	-	5	-
Gás Natural do Brasil S.A. (c)	-	16	-	-	92	-
Em 30 de junho de 2021	-	17	152	-	97	-
Em 31 de dezembro de 2020	-	938	82	-	-	-
Em 30 de junho de 2020	-	-	-	-	753	77

- (a) O saldo se refere à uma conta corrente entre empresas derivada de valores remanescentes da 4ª ampliação de capital.
- (b) Os custos se referem à manutenção da planta solar.
- (c) Valores relativos ao custo do supervisor da planta solar assumido diretamente pela Gás Natural do Brasil e refaturado à Companhia.

Remuneração do pessoal-chave

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Matriz e outras empresas do mesmo grupo econômico.

18 Seguros

A política da Companhia inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração. As premissas de riscos adotadas, dadas à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações intermediárias, conseqüentemente, não foram revisadas por nossos auditores independentes.

Os limites máximos de indenização para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

30 de junho de 2021

Cobertura	Limite R\$	Franquia R\$	Prêmio R\$
Risco de Operações	273.128.866	Conforme. Especificação	424.063
Prazo 29/10/2020 a 29/10/2021			

Cobertura	Limite R\$	Franquia R\$	Prêmio R\$
Seguro de veículo	<u>1.120.000</u>	<u>5.000</u>	<u>2.142</u>
Prazo 30/10/2020 a 30/10/2021			

Cobertura	Limite R\$	Franquia R\$	Prêmio R\$
Responsabilidade Por Danos Ambientais em Instalações Comerciais ou Industriais	<u>33.348.850</u>	<u>13.339.540</u>	<u>30.014</u>
Prazo 30/10/2020 a 30/10/2021			

Cobertura	Limite R\$	Franquia R\$	Prêmio R\$
Responsabilidade Civil Geral	<u>142.000.000</u>	Conforme. Especificação	<u>203.657</u>
Prazo 29/10/2020 a 29/10/2021			

19 Instrumentos financeiros

A descrição detalhada da política da Companhia sobre os instrumentos financeiros é apresentada na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais não apresentam alterações relevantes em 30 de junho de 2021.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Ativos/Passivos financeiros a custo amortizado	Obrigatoriamente a VJR - outros	Ativos/Passivos financeiros a custo amortizado	Obrigatoriamente a VJR - outros
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	5.997	-	3.769	-
Contas a receber	2.123	-	4.378	-
Garantias e retenções contratuais debêntures	10.111	-	9.189	-
	18.231	-	17.336	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Fornecedores	370	-	503	-
Partes Relacionadas	169	-	1.020	-
	539	-	1.523	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Debêntures	-	111.093	-	109.535
	-	111.093	-	109.535

Gestão de riscos financeiros

a. *Considerações gerais e políticas*

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

(i) *Gestão de risco de capital*

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

(ii) *Gestão de risco de mercado*

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

(iii) *Gestão de risco de crédito*

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

(iv) *Gestão de risco de liquidez*

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

20 Contingências

A Companhia é parte em somente um processo judicial, detalhado a seguir:

No final de fevereiro de 2019, a Companhia teve ciência de uma Execução Fiscal, ajuizada pelo Município de João da Costa - PI, com o objetivo de exigir suposto crédito tributário no valor de R\$1.159 (valor histórico em 17/12/2018), relativo à Taxa para o fornecimento de “Alvará de Licença para Construção”, decorrente de recolhimento supostamente a menor, fruto de pretenso equívoco das Autoridades Fazendárias no ato de emissão da guia de recolhimento.

O grupo no qual a Companhia faz parte entende que, embora a Companhia seja ré do processo em questão, conforme contrato de construção firmado entre as partes, a responsável legal por qualquer desembolso, presente ou futuro desta ação judicial é a PVH Brasil Projetos Renováveis, responsável pela construção da planta solar.

Após a devida citação, em 11/03/2019, o Grupo Gransolar (Companhia responsável pela PVH Brasil) realizou depósito judicial integral do crédito tributário discutido, de modo a possibilitar a oposição dos presentes Embargos à Execução Fiscal. Os embargos foram julgados procedentes, sob o fundamento de que o Município incorreu em erro de direito pela má interpretação do Código Tributário do Município de João Costa/PI, uma vez que era de seu conhecimento a construção da usina solar. O Município interpôs Recurso de Apelação, objetivando a reforma da sentença, os quais foram devidamente respondidos pela Companhia. Processado o feito, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça. Em 10/12/2019, os autos foram distribuídos no TJPI. Em 04/08/2020, o Recurso do Município foi conhecido e teve provimento negado, ensejando a oposição de Embargos de Declaração pelo Município em 01/09/2020.

Em 15/03/2021, foi proferido despacho intimando a Empresa para apresentar contrarrazões aos Embargos. Em 21/06/2021, a empresa apresentou contrarrazões aos Embargos de Declaração do Município. Aguarda-se decisão acerca dos Embargos de Declaração opostos pelo Município.

O valor da contingência, classificada como “possível” pelos advogados, perfaz R\$ 1.780 (R\$1.655 em 31 de dezembro de 2020).

* * *

Andre Luis Fonseca Sergio
Diretor Presidente

André Ricardo Dannemann
Contabilista responsável
Contabilista - CRC-1SP274400/O-5